

Oversæt

Fra: Portugisisk



Vis:

Oversættelse

Oprindelig udgave

Til: Engelsk

[Acórdãos TRL](#)

## Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa

Processo:

1783/20.7T8PDL.L1-3

Relator:

MARGARIDA RAMOS DE ALMEIDA

Descritores:

HABEAS CORPUS

INTERESSE EM AGIR

SARS-COV-2

TESTES RT-PCR

PRIVAÇÃO DA LIBERDADE

DETENÇÃO ILEGAL

Nº do Documento:

RL

Data do Acórdão:

11/11/2020

Votação:

UNANIMIDADE

Texto Integral:

S

Texto Parcial:

N

Meio Processual:

RECURSO PENAL

Decisão:

NEGADO PROVIMENTO

Sumário:

**I.** A ARS não pode recorrer de uma decisão que ordenou a libertação imediata de quatro pessoas, por detenção ilegal, no âmbito de um processo de *habeas corpus* (artº 220 als. c) e d) do C.P.Penal), pedindo que seja validado *o confinamento obrigatório dos requerentes, por serem portadores do vírus SARS-CoV-2 (A....) e por estarem em vigilância activa, por exposição de alto risco, decretada pelas autoridades de saúde (B..., C.... e D.....)* por não ter legitimidade, nem interesse em agir.

**II.** O pedido formulado seria, igualmente, manifestamente improcedente porque:

**A.** A prescrição e o diagnóstico são actos médicos, da exclusiva responsabilidade de um médico, inscrito na Ordem dos Médicos (Regulamento n.º 698/2019, de 5.9).

Assim, a prescrição de métodos auxiliares de diagnóstico (como é o caso dos testes de detecção de infecção viral), bem como **o diagnóstico quanto à existência de uma doença, relativamente a toda e qualquer pessoa, é matéria que não pode ser realizada por Lei, Resolução, Decreto, Regulamento ou qualquer outra via normativa**, por se tratarem de actos que o nosso ordenamento jurídico reserva à competência exclusiva de um médico, sendo certo que este, no aconselhamento do seu doente, deverá sempre tentar obter o seu consentimento esclarecido (nº1 do artº 6º da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos).

**B.** No caso que ora nos ocupa, não há qualquer indicação nem prova, de tal diagnóstico ter sido efectivamente realizado por profissional habilitado nos termos da Lei e que tivesse actuado de acordo com as boas práticas médicas. Efectivamente, o que decorre dos factos dados como assentes, é que nenhum dos requerentes foi sequer visto por um médico, o que se mostra francamente inexplicável, face à invocada gravidade da infecção.